

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.889 - MG (2015/0129707-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : RONAN ANTÔNIO DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por RONAN ANTÔNIO DA SILVA, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido na Apelação Criminal n. 1.0071.13.001438-5/001.

Colhe-se dos autos que o recorrente foi condenado, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003), à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a sanção por uma pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços a comunidade e pagamento de 10 dias-multa (e-STJ fl. 235).

O Tribunal de origem julgou as apelações interpostas por ambas as partes, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 239):

*APELAÇÃO - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, COM NUMERAÇÃO RASPADA (ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV, DA LEI 10.826/03) - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 14 DA LEI 10826/03 - NÃO CABIMENTO - PENA-BASE - REDUÇÃO - NECESSIDADE - PENA SUPERIOR A UM ANO - SUBSTITUIÇÃO POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS - POSSIBILIDADE - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO - PÚBLICA - INTELIGÊNCIA DO ART. 10, INCISO II, DA LEI ESTADUAL N. 14.939/03 - 1º RECURSO PROVIDO E 2º RECURSO PROVIDO EM PARTE.*

*- Se a conduta praticada pelo acusado encontra adequação típica no art 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, já que a numeração da arma foi suprimida, não há que se falar em desclassificação para o art. 14, da referida lei.*

*- A pena-base deve ser fixada no mínimo legal, se todas as circunstâncias judiciais previstas no art 59, do Código Penal, se mostrarem favoráveis ao réu.*

*- Se a pena imposta é superior a 01 (um), a pena privativa de liberdade pode ser substituída por duas restritivas de direitos ou uma restrita de direito e multa.*

*- Tratando-se o acusado de hipossuficiente, assistido pela Defensoria Pública, deve ser isentado do pagamento das custas*

# Superior Tribunal de Justiça

*processuais, nos termos do art. 10, II, da Lei Estadual nº 14.939/03.*

*- 1º Recurso provido e 2º Recurso provido em parte.*

Opostos embargos de declaração, o recurso foi desprovido.

Daí o recurso especial, no qual a defesa alega violação aos arts. 46, 78 e 79, todos do Código Penal e à Súmula n. 493/STJ, argumentando, em síntese, a impossibilidade de estabelecimento de pena restritiva como condição do regime aberto e que, no caso, a suspensão condicional da pena aplicada revela-se mais gravosa do que o cumprimento direto da pena aplicada, já que menor do que 6 meses. E, suplica, ainda, pelo afastamento da pena de multa, em virtude da precária situação econômica do recorrente. Assim, requer *"seja dado provimento ao recurso a fim de reconhecer e declarar a negativa de vigência ao artigo 46 do Código Penal bem como a súmula 493 do STJ, reformando o acórdão impugnado para afastar a suspensão condicional da pena ou alterar as condições suscitadas, [...], bem como decotar a pena de multa imposta"* (e-STJ fl. 270).

Contrarrazões apresentadas.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do apelo e, no caso de conhecimento, pelo seu desprovimento.

É o relatório.

A irresignação não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Com efeito, as matérias relativas à impossibilidade de estabelecimento de pena restritiva como condição do regime aberto, de que a suspensão condicional da pena aplicada revela-se mais gravosa do que o cumprimento direto da pena aplicada e da hipossuficiência do recorrente para arcar com a pena substitutiva de multa **não foram debatidas de forma específica na origem**, apesar de terem sido opostos embargos de declaração, inexistindo o requisito do prequestionamento, motivo pelo qual não pode ser analisada ante o que preceitua a Súmula n. 211/STJ. Persistindo a omissão, cabia à defesa ter alegado, nas razões do apelo especial, a ocorrência de violação ao art. 619 do Código de Processo Penal, ônus do qual não se desincumbiu.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO CONTRA PREVIDÊNCIA SOCIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO, VETORES JUDICIAIS DA CULPABILIDADE E DA CONSEQUÊNCIAS DO CRIME E FRAÇÃO PELO RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. MATÉRIAS NÃO DEBATIDAS NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. As matérias, objeto do recurso especial, não foram debatidas na instância de origem, ressentindo-se o recurso especial do necessário prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1618153/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 05/12/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 253 DO RISTJ. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. CONHECIMENTO DO AGRAVO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, POIS CORRETA A DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ULTRAPASSOU OS ÓBICES DE ADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 7, 83 E 211 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Não houve prévia análise do art. 65, § 3º, do Decreto Lei n. 5.123/2004 e a parte, a despeito da oposição de embargos, não provocou a manifestação do Tribunal de origem, o que atrai a incidência da Súmula n. 211 do STJ, em razão da falta de prequestionamento.

[...]

5. Agravo regimental não provido. (AgInt no AREsp 373.458/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 17/05/2016)

Outrossim, para que o recurso especial seja considerado admissível, é necessária a indicação dos dispositivos tidos por violados, **bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão recorrido teria afrontado cada um deles, providência da qual não se desincumbiu o ora recorrente.**

Isso, porque, nas razões recursais, afirma-se, em síntese, a impossibilidade de estabelecimento de pena restritiva como condição do regime aberto e

# *Superior Tribunal de Justiça*

que, no caso, a suspensão condicional da pena aplicada revela-se mais gravosa do que o cumprimento direto da pena aplicada, já que menor do que 6 meses.

Ocorre que, conforme relatado, o recorrente foi condenado, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo (art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003), à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a sanção por uma pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços a comunidade e pagamento de 10 dias-multa (e-STJ fl. 235).

E, no acórdão ora atacado, decidiu-se que, além da pena restritiva de prestação de serviço, deveria o recorrente arcar, também, com outra pena substitutiva consistente no pagamento de multa (e-STJ fl. 245). Então, ao contrário do afirmado pela defesa do recorrente, esse foi condenado a pena superior a 6 meses e não foi estabelecida condição para o regime aberto, mas a substituição desse por penas restritivas. Além disso, não se verificou a concessão de suspensão condicional da pena.

Desse modo, o inconformismo apresenta fundamentação dissociada das razões expostas no acórdão recorrido, impedindo, assim, a exata compreensão da controvérsia (Súmula n. 284/STF).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator